



# MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ano VI • Jun/Jul/Ago • Nº 13

## Fiscal da lei

O MP de olho nos concursos, no transporte urbano, no trânsito, na administração dos cemitérios, na publicidade e nos cuidados com a infância



# Sumário

Wagner Ulisses



## FUNCIONALISMO

Comissionados e terceirizados. Mesmo com a exigência de concurso, essas são formas comuns de contratação no DF

## ARTIGO

Promotores de Justiça tratam da importância das licitações para garantir um sistema de transporte público de qualidade



Divulgação

Geyzon Correa



## TRÂNSITO

MPDFT desenvolve projeto *Trânsito com Consciência*. Educação é a melhor maneira de prevenir acidentes

## INFÂNCIA

Crianças e adolescentes são explorados na Rodoviária. MPDFT recomenda ações de proteção integral aos jovens



Wagner Ulisses

Acervo CPI dos Cemitérios



## CEMITÉRIOS

Irregularidades e falta de respeito nos cemitérios privatizados do DF

## PUBLICIDADE

MP fiscaliza propaganda feita com dinheiro público



Bruno Guimarães



## Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental – Praça do Buriti,  
Lote 2, Edifício-Sede – Brasília-DF  
CEP: 70.091-900  
Telefones: (61) 3343-9500/  
Fax: (61) 3344-8251  
www.mpdft.gov.br

### Procurador-Geral de Justiça

Leonardo Azeredo Bandarra

### Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Maria Aparecida Donati Barbosa

### Corregedora-Geral

Lenir Azevedo

### Chefe de Gabinete

Karel Ozon Monfort Couri Raad

### Assessoria de Políticas Institucionais

Dênio Augusto de Oliveira Moura  
e Libanio Alves Rodrigues

### Diretor-Geral

Moisés Antônio de Freitas

### Coordenação do Projeto

Assessoria de Comunicação do MPDFT  
Fernanda Lambach

### Produção Editorial

Jacumã Comunicação

### Redação

Danilson Ramos, Evinny Araújo, Livia Barreto e Juliana Oliveira

### Edição

Angélica Cordova e Patrícia Cunegundes

### Revisão

Adriana Custódio e Luciana Melo

### Capa

José Evaldo Vilela

### Diagramação

Erika Yoda e Luana Melo

### Jornalista responsável

Patrícia Cunegundes DRT 1050/CE  
Tiragem: 3.000 exemplares

### Impressão

Gráfica Progressiva



**A**s revistas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) informam sobre as atuações dos Promotores e Procuradores de Justiça, de maneira a prestar contas do que é feito para garantir que as leis sejam cumpridas na sua integridade.

Esta edição é uma continuação das reportagens apresentadas na revista de número 12, quando se tratou principalmente da questão das terras e do planejamento urbano no DF. Aqui, continua-se mostrando o trabalho do MP em diferentes áreas, sempre na busca de construir uma Brasília que funcione perfeitamente dentro da legalidade.

Os Promotores de Justiça Eduardo Gazzinelli Velloso e Berenice Maria Scherer assinam artigo didático e esclarecedor sobre o sistema de transporte urbano no DF. Em seguida, reportagem trata da atuação preventiva do MP no desenvolvimento de projeto de educação para o trânsito. Já em 2008, numa parceria entre a Promotoria de Justiça de Santa Maria e a Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito, foi possível motivar crianças e jovens da rede pública de ensino a refletir sobre o tema.

Da seara da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público (PRODEP), os concursos públicos que tanto movimentam Brasília são a reportagem de capa do MPDFT em Revista. O sonho de ser um servidor público muitas vezes esbarra na corrupção e em processos que não são realizados de forma correta. Outra matéria que diz respeito à atuação da PRODEP trata das investigações do MP sobre irregularidades nos cemitérios. O tema, que virou polêmica na mídia em 2008, recebe especial atenção dos Promotores de Justiça.

Crimes cometidos contra crianças e adolescentes que ganham a vida na Rodoviária do Plano Piloto preocupam sobremaneira Promotores e Promotoras de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude. A aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente na sua essência é questão delicada a ser discutida com toda a sociedade. Compreender as mudanças e os avanços propostos pela lei é fundamental até mesmo por parte das autoridades. O MP atua para formar redes sociais que ajudem na proteção de crianças e adolescentes.

Boa leitura!

**Fernanda Lambach**

*Coordenadora de Comunicação Social*



# Irregularidades em contratações no GDF

**C**om a consolidação das instituições democráticas no país, a transparência nos gastos públicos passou a ser regra. Mas, no Distrito Federal, a gestão do funcionalismo público ainda é problemática. Exige do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) atenção específica e criteriosa.

Em setembro de 2008, foi ajuizada ação civil pública que questionava

a validade jurídica da nomeação de 272 servidores para cargos em comissão na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. De acordo com a ação, o MPDFT entende que as nomeações eram irregulares, pois as funções que os servidores foram nomeados para exercer não eram de direção, chefia ou assessoramento.

Além disso, à época da nomeação – 15 de agosto de 2008 –,

havia concurso público finalizado, homologado e em prazo de vigência. A ação civil pública, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) do MPDFT, também solicitava antecipação de tutela, para que o GDF exonerasse os servidores nomeados irregularmente e não os nomeasse para cargos comissionados nas funções de assistente, assistente administrativo, assisten-

te técnico, secretário-executivo, secretário-administrativo, encarregado, encarregado de módulo, encarregado de plantão e encarregado técnico. A 4ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) decidiu favoravelmente ao pedido do MPDFT. O GDF recorreu, mas a decisão foi mantida.

A Constituição Federal determina que os cargos na Administração Pública sejam preenchidos mediante aprovação em concurso público. “O acesso ao funcionalismo público comum, rotineiro e permanente deve ser feito por concurso público. Esta é a regra. Mas existem exceções, todas previstas na própria Constituição”, afirma o Promotor de Justiça Ivaldo Lemos Júnior.

Uma das exceções são os funcionários terceirizados. Eles são empregados de empresas privadas contratadas por licitação para prestar serviços na Administração Pública. “A regra que se elaborou no Direito Administrativo é que as atividades-meio do órgão podem ser terceirizadas”, explica o Promotor de Justiça.

A outra exceção são os cargos comissionados. Destinados a exercer exclusivamente funções de direção, chefia ou assessoramento, podem ou não ser ocupados por funcionários do quadro. São nomeados conforme os inte-

resses do administrador público. A Constituição Federal não determina uma quantidade máxima de cargos comissionados, mas deixa claro as funções que devem exercer.

O artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal trata da Administração Pública e da contratação de servidores, inclusive os comissionados. Tal artigo já teve a redação alterada três vezes. Hoje, diz que 50% dos cargos comissionados devem ser preenchidos por funcionários do quadro. Ivaldo Lemos afirma que é na contratação e atividades desenvolvidas por esses servidores que está o maior problema do funcionalismo no DF. Os exemplos são muitos, a começar pela própria Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que votou a Lei Orgânica.

A CLDF tem, de acordo com o Diário da Câmara Legislativa do dia 27 de agosto de 2008, 799 servidores efetivos e 1.147 cargos comissionados. Pela lei, dos 50% dos comissionados (574) deveriam ser funcionários concursados. Mas, de acordo o mesmo Diário, eles são 249, dos quais apenas 121 são funcionários da CLDF e 128, servidores requisitados de outros órgãos.

Conforme o Presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Legislativa, Adriano Campos, isso acontece porque a Casa aprovou uma regra que diz que os cargos

## Item Respos

Item	Respos
1	(E)
2	(E)
3	(E)
4	(C)
5	(C)
6	(E)
7	(E)
8	(E)
9	(C)
10	(C)
11	(C)
12	(E)
13	(C)
14	(E)
15	(E)

dos gabinetes dos Deputados Distritais e das lideranças partidárias não entram na conta dos 50%. Para Adriano, no entanto, o maior problema é a duplicidade de cargos. “Se o princípio constitucional diz que o provimento de cargos é o concurso, não faz sentido você ter dois cargos iguais no órgão, um desempenhado por servidor concursado e outro por comissionado. Acontece aqui com os garçons, por exemplo. Tem garçom concursado e garçom comissionado. Esta duplicidade está presente em várias áreas.”

A contratação de garçons comissionados fere a Constituição por dois motivos. Primeiro, porque demonstra a ausência do concurso público. “Se a Administração diz que precisa de dois garçons e um é comissionado, ela está assumindo que não está usando de concurso para preencher o cargo público”, afirma Campos. Outra irregularidade diz respeito à natureza da atividade. Garçom não é assessor, diretor ou chefe.

O então Presidente da CLDF, Alírio Neto (PPS), alega desconhecer a duplicidade de cargos e afirma que não há denúncia formal sobre o assunto. Quanto à exclusão dos

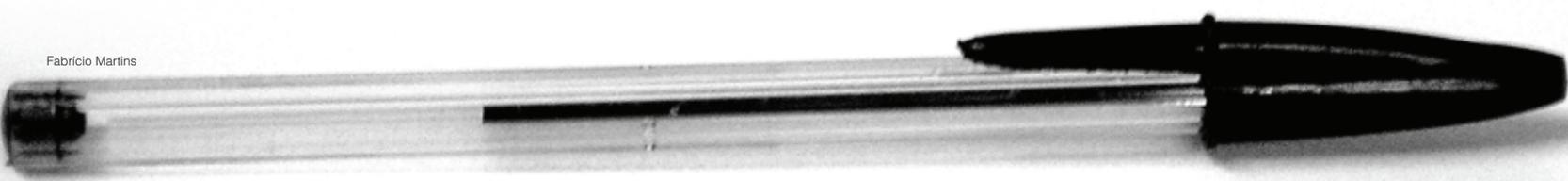
funcionários do gabinete da cota dos 50%, Neto afirma que houve um entendimento de que o gabinete é a extensão do mandato parlamentar. “Seria inviável se tivéssemos, por exemplo, um funcionário ligado ao DEM trabalhando para um deputado do PT. Cabe lembrar ainda que esses funcionários exercem função durante o mandato. Acabou este, acabou o trabalho”, afirma o presidente.

No entanto, não é o único problema na CLDF. O último concurso, realizado em 2005, abriu 120 vagas para diversas áreas. Foram classificadas 500 pessoas e 120 foram chamadas. Porém, o Diário da Câmara Legislativa do dia 27 de agosto informa que há 249 cargos vagos.

O representante da Associação dos Aprovados no Concurso da Câmara Legislativa (Atlas), Ronaldo Galo, avalia que, dos 120 chamados, 40 não tomaram posse ou já foram para outro concurso. “Depois dos 120, eles não chamaram mais ninguém e o nosso concurso expira em 2009. A desculpa do GDF para não contratar é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas o orçamento termina em setembro, eles poderiam contratar em outubro.”

De acordo com o deputado Alírio Neto, as contratações não foram feitas porque a CLDF precisou se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual as despesas com o pessoal na Casa não podem ultrapassar 3% da receita corrente. A mesa sucessora ficará com a responsabilidade das contratações. “Acredito que a próxima mesa diretora deve chamar alguns concursados para ocuparem as vagas disponíveis. Até porque essa mesa já fez o dever de casa, enxugando gastos e se enquadrando na LRF. Agora, a partir de 2009, é só vontade política”, afirma o presidente da Câmara Legislativa.

Há outros casos de aprovados em certames públicos não convocados. A Secretaria de Gestão do GDF realizou concurso em 2004 para o preenchimento de 100 vagas. Foram convocadas 1.690, mas, segundo o representante da Comissão de Aprovados da Carreira de Administração Pública, Gustavo Muniz, ainda há mais de 2 mil pessoas classificadas não convocadas. “A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 diz que há recursos para a contratação de 483 técnicos e 400 analistas, mas até agora, nada”, diz.



O concurso permite que os aprovados sejam alocados em qualquer órgão do governo e Muniz denuncia que muitas das vagas estão preenchidas por comissionados egressos do extinto Instituto Candango de

Solidariedade (ICS). Quando assumiu o mandato, o Governador José Roberto Arruda (DEM) descredenciou o Instituto e 9 mil funcionários foram demitidos. No entanto, levantamento feito pelo MPDFT identi-

cou vários funcionários demitidos do ICS atuando em outros órgãos. “Então ele acabou? Não acabou. De algum modo, ele vive. Muito do pessoal é rigorosamente o mesmo”, afirma Ivaldo Lemos.

## Educação

Todos os anos faltam professores na rede pública de ensino do DF. A carência de profissionais era sempre resolvida com a contratação de temporários. Devido aos questionamentos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a seleção passou a ser realizada por meio de concurso público. No entanto, os aprovados no certame não têm garantias funcionais e são remunerados por hora/aula.

O Diretor de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Estudos Socioeconômicos do Sindicato dos Professores do DF, Antônio Ahmad Dames, afirma que esses professores ganham cerca de 33% do valor recebido por um professor da carreira pública, o que, em sua opinião, representa precarização da mão-de-obra.



Ainda segundo Dames, a defasagem no número de professores ocorre em função de vários fatores, entre os quais o elevado número de profissionais em licença-maternidade e licença-saúde. “É grande o número de profissionais afastados por desgaste das cordas vocais, por exemplo. Este professor, quando volta à ativa, precisa ser readaptado para outras áreas que não a sala de aula.”

A Promotora de Justiça de Defesa da Educação Márcia da Rocha critica as contratações temporárias da forma como têm sido utilizadas. “Os contratos temporários são aceitos apenas em casos especialíssimos. É necessário ao gestor público a previsão do número de servidores que irão se ausentar em face de licenças maternidade, médicas, licenças-prêmios e outras faltas justificadas e corriqueiras na vida do administrador. E para tanto deve programar-se para ter no seu quadro de professores, o número suficiente para as substituições acima mencionadas”, afirma.

Ainda de acordo com a Promotora de Justiça, que participou das discussões para resolver o impasse das contratações na área de educação, o fato de haver grande procura pelas vagas temporárias faz com que o GDF se sinta confortável em não regularizar a contratação. “A valorização do profissional da educação passa necessariamente pelo respeito à Constituição Federal, o que significa ingresso por meio de concurso público”, conclui.



# Problema Coletivo

*Ministério Público trabalha para que o sistema de transporte público funcione com eficiência e visando o bem comum*

*Eduardo Gazzinelli Veloso e Berenice Maria Scherer  
Promotores de Justiça*

**P**arece a coisa mais banal do mundo, mas quando entramos em um ônibus ou um táxi, estamos realizando o que, em Direito Civil, é chamado de contrato. Mais exatamente, contrato de transporte. Fazemos isso de modo automático e não pensamos nas implicações jurídicas, mas elas existem e não são poucas nem singelas.

Contrato é um acordo de vontades que visa a determinado fim. No caso do transporte, a relação é marcada pelo objetivo do passageiro, que é o de ser levado de um lugar para outro – com eficiência, segurança e conforto –, e o do transportador, que é receber o valor correspondente.

É evidente que táxi é mais exclusivo do que ônibus, não faz paradas que não sejam solicitadas, faz e muda itinerários por determinação do conduzido e, assim, não poderia deixar de ser mais caro. Mas, na essência, ônibus e táxi são a mesma coisa porque são modali-

dades de uma mesma manifestação contratual.

Mas o interesse jurídico não está apenas aí, nessa relação privada. Para que seja disponibilizado o serviço de transporte de passageiros de modo plenamente adequado do ponto de vista legal, é necessário que haja condições preliminares, e essas não dizem respeito apenas à vontade particular dos indivíduos, mas a regras de ordem pública.

É que estamos falando de um serviço de extrema relevância. As pessoas precisam sair de casa e levar as suas vidas normalmente, ou seja, ir ao trabalho, à escola, ao hospital, ao mercado etc. Procuramos nos cercar de serviços que nos atendam nas proximidades de nossas residências, mas isso só é possível em parte. Mais cedo ou mais tarde precisamos nos locomover, e está longe de ser uma raridade que façamos isso todos os dias, em percursos de distâncias consideráveis.

Daí que é uma questão de utilidade geral o segmento do transporte, em todos os seus aspectos, e não meramente uma questão pessoal a do sujeito que sobe no ônibus e desce onde tem que descer, usando de seu direito constitucional de ir e vir.

Em algumas das melhores cidades do mundo, como Londres, Paris, Boston e Barcelona, o que se fez foi um grande investimento de transporte público, com metrô de alta qualidade e ônibus que abastecem e/ou complementam as linhas, tornando a necessidade de locomoção diária algo viável, mesmo quando se precisa atravessar boa parte da cidade.

Essas coisas afetam mesmo os que têm meios de usar transporte próprio, porque carros e motos estão todos inseridos no mesmo contexto, seja como alternativa para a condução pública, seja como disputa na rua pelos mesmos pedaços de estrada. E, afinal, ainda que você

tenha o privilégio de possuir um automóvel caríssimo, você vai se relacionar, de um jeito ou de outro, com um número imenso de pessoas que se valem de ônibus e metrô. Então, o problema é rigorosamente de todos.

Por isso, o quesito transporte é de ordem pública. É provável que todas as unidades da Federação tenham uma Secretaria de Transportes (ou equivalente), encarregada de elaborar políticas para o setor, supostamente por especialistas na área.

O ônibus que você toma pertence a uma empresa privada, mas o serviço em si é público. A empresa simplesmente o explora – com interesse de lucro absolutamente legítimo –, e o faz por algum tipo de permissão ou concessão do poder público, esse sim, o titular do serviço. O que acontece com o táxi é a mesma coisa. O Estado não pode permitir que qualquer pessoa saia por aí conduzindo estranhos ao seu bel-prazer. Salta aos olhos os muitos riscos que essa hipótese proporciona.

O Estado, se não explorar o serviço diretamente, deve conceder permissões a particulares de modo criterioso, que atendam a exigências de qualidade, assim como exercer fiscalização e combater o transporte clandestino, chamado “pirata”.

O quadro é de gravidade quando o transporte pirata é melhor, ou menos pior, do que o regular – digamos, por razões de tarifa, idade dos veículos ou porque os motoristas dirigem de uma maneira mais civilizada. Não podemos ignorar que uma coisa puxa a outra; tentemos a nos comportar de acordo com o ambiente. Um terminal de ônibus sujo e mal iluminado convida a um comportamento grosseiro, sem cortesia – até mesmo de não ceder o lugar a uma senhora idosa –, a um nível de *stress* e confronto. É o resultado de uma série de componentes desagradáveis que se multiplicam quando vemos um motorista com metade da camisa aberta dirigindo em velocidade muito acima do permitido, e os passageiros chegando ao trabalho sentindo-se inseguros, irritados, desrespeitados. E o que é resultado passa também a ser causa, num círculo vicioso.

Mas é mais grave ainda quando o próprio transporte convencional não é totalmente regular, ou seja, é ele mesmo, em alguma medida, “pirata”. Isso acontece quando as concessões não foram dadas de modo juridicamente exemplar, por exemplo, por falta de licitação.

Licitação é o procedimento administrativo que seleciona interessados a prestar serviços para o poder público. É uma exigência prevista na Constituição e em leis

que garante que o vencedor do certame seja o melhor parceiro dentre todos os que se candidataram. É claro que essa garantia não é absoluta e existem todos os tipos de fraudes imagináveis, mas essa é a razão de institutos como licitação e concurso.

Um dos principais trabalhos da história recente do Ministério Público é uma ação civil pública, ajuizada em 2001, visando à realização de licitação de todos os ônibus em circulação no Distrito Federal. É claro que uma única ação não conseguiria atingir esse escopo, mas a idéia nuclear é que o cidadão saiba que qualquer ônibus que tomar vai estar legalmente regular, e a segurança jurídica é a base para a qualidade. É por isso que um “pirata” não investe a fundo em seu negócio, porque sabe que a qualquer momento seu veículo pode ser apreendido (a menos que ele tenha a certeza de que isso não vai acontecer).

Mais recentemente, o Ministério Público moveu ação procurando o saneamento jurídico também dos serviços de táxis, que apresentam falhas gravíssimas na superfície e na profundidade.

Esperamos que esses processos sejam bem sucedidos e que traduzam a nossa preocupação de colaborar para o bem comum, no segmento do transporte de passageiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

# PROCIDADÃ

## O MPDFT mais próximo de você



A Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade – PROCIDADÃ integra a estrutura do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e tem como principal objetivo atender às comunidades carentes do Distrito Federal, aproximando o Promotor de Justiça das pessoas com dificuldades de acesso à Justiça.

### Conflitos Familiares

- Reconhecimento e dissolução de união estável
- Reconhecimento de paternidade
- Pensão Alimentícia

### Contrato

### Reparação de danos

### Seguro DPVAT

Veja alguns exemplos de questões que podem ser levadas à PROCIDADÃ:

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA COMUNIDADE – PROCIDADÃ

Ed. Sede da PJ de Defesa da Infância e da Juventude,  
SEPN 711/911, Lote B, Sala 107 - CEP 70.790-115 - Brasília/DF  
Tel. (061) 3348-9054/9056



# Educação: melhor remédio contra acidentes

*Especialistas são unânimes em dizer que campanhas educativas e formação para o trânsito são indispensáveis para evitar mortes*

**E**m fevereiro de 2008, Rafael\* sofreu um grave acidente, no qual fraturou vários ossos da face. O rapaz, de 27 anos, ficou hospitalizado por várias semanas e por muito pouco não entrou nas estatísticas como uma das mais de 320 vítimas fatais do trânsito do DF até setembro de 2008. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o trânsito é a principal causa de morte de jovens entre 18 e 29 anos no país e o excesso de velocidade e álcool são as principais causas das tragédias.

Rafael estava alcoolizado no momento do acidente. O medo de ser recriminado fez com que delegasse um papel secundário à bebida. “O álcool apenas detonou uma crise de labirintite”, ameniza. “Incidentes envolvendo álcool, excesso de velocidade e imprudência causam constrangimento a quem passa por eles porque são evitáveis”, afirma a médica Verônica Barbosa. “Basta ter consciência”, completa.

Para a Promotora de Delitos de Trânsito Laura Beatriz Rito, a maior parte dos acidentes poderiam ser evitados por um instrumento simples, porém infalível: educação. “É preciso resgatar valores de cidadania, de urbanidade e res-

peito ao próximo, pois me parece que esses valores estão se perdendo. Isso se reflete no trânsito: na impaciência, na grosseria, na competição, no desrespeito às regras”, afirma.

Como parte dos esforços para reduzir a mortalidade e o número de tragédias, a Promotoria lançou, em 2007, o projeto *Trânsito com Consciência*, que tem como objetivo fazer parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais e com a sociedade para promover eventos e atividades que contribuam com a formação para o trânsito.

No dia 17 de setembro, a Promotoria promoveu o seminário *A Educação como fator de Prevenção e Exercício da Cidadania*, que contou com a participação do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Azeredo Bandarra, do Chefe de Educação no Trânsito do Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF), Marcelo Granja, do Juiz da Vara de Delitos de Trânsito, Gilberto Pereira de Oliveira, do Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Paulo Roberto Uchoa, e do Promotor de Justiça Cláudio Henrique Portela.

Dois meses depois, nos dias 18 e 19 de novembro, o MPDFT e a

Polícia Rodoviária Federal realizaram o I Seminário Internacional de Redução de Mortes e Acidentes no Trânsito, do qual participou o médico francês Charles Mercier Guyon, do Comitê Médico da Associação de Prevenção de Acidentes de Trânsito na França. De acordo com Laura, o especialista contou sobre as medidas adotadas em seu país e indicou os vários caminhos que o Brasil poderia percorrer para alcançar a meta de redução de mortes.

“A França foi um dos países com maior êxito em redução de mortalidade nos últimos dez anos. Depois da palestra do Dr. Guyon, chegamos à conclusão que a solução é prevenir e educar”, afirma a Promotora. O resultado positivo no país europeu é fruto de um plano de governo no qual os órgãos públicos trabalham de maneira coordenada, em busca do mesmo objetivo.

O presidente francês Nicolas Sarkozy estabeleceu como meta reduzir para menos de 3 mil por ano o número de vítimas do trânsito até 2012, último ano de seu mandato. Além de fortalecer a fiscalização e tornar mais rígidas as punições, uma das ações do Governo é o lançamento de campanhas publicitárias voltadas

\* Nome fictício



principalmente para os jovens contra o consumo de bebidas alcoólicas. Outra ação é estimular os motoristas a conferir a quantidade de álcool no próprio sangue, por meio da venda de testes químicos em supermercados, farmácias e outras lojas de conveniência.

A Promotora de Justiça destaca que a integração de vários órgãos do governo é fundamental para a formulação de políticas públicas fortes e eficientes. “O trânsito não é uma prioridade do nosso governo. Existem muitos órgãos cuidando do assunto, mas ninguém se entende. Há o Detran, o Denatran, o Conatran, um monte de ‘tran’. Todos querem fazer alguma coisa, mas as ações ficam perdidas, pouco direcionadas. É preciso uma política central”, explica.

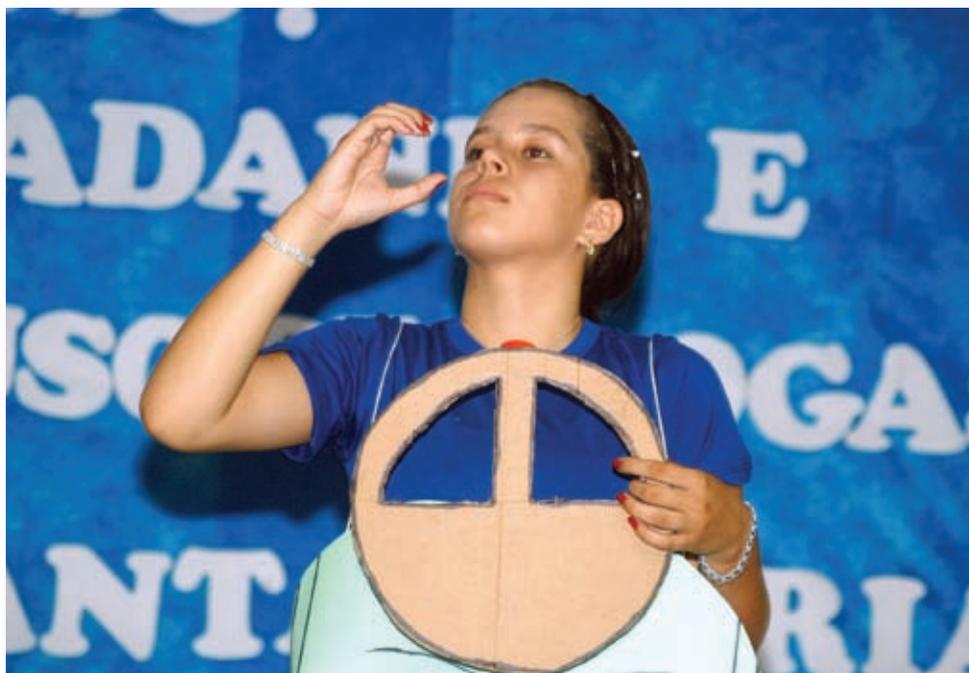
O Diretor-Geral do Detran-DF, Jair Tedeschi, concorda. “Infelizmente, falta mesmo coordenação. Por exemplo: em mais de uma ocasião, os Departamentos de Trânsito dos estados discutiram um padrão de abordagem e de comportamento para a questão do álcool. Mas não adian-

tou, cada estado continua fazendo da sua maneira.”

Tedeschi também acredita que a educação é a melhor solução para evitar acidentes. O Detran-DF oferece palestras, peças de teatro, oficinas e visitas à Transitolândia – parque mantido pelo Detran onde há uma minicidade com pistas, faixas e semáforos – para crianças que frequentam o Ensino Fundamental em escolas públicas e particulares. Os estudantes aprendem conceitos de segurança no trânsito e outras atividades fundamentais para evitar acidentes.

A partir de 2009, uma parceria entre o Detran-DF, a Secretaria de Educação do GDF e a Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg) vai introduzir Educação no Trânsito ao currículo de 60 escolas públicas do Ensino Médio do DF. Os jovens terão aulas durante os três anos do curso e, quando o concluírem, estarão aptos a fazer a prova teórica para tirar a Carteira Nacional de Habilitação. “A Fenaseg está pagando por todo o projeto e o Detran está preparando os professores. O objetivo é que esse projeto seja permanente e que alcance todas as escolas do DF”, explica Tedeschi.

Sobre os que têm a CNH, mas dirigem como se não tivessem



aprendido nada, o Diretor é categórico: “Tem que fiscalizar e, principalmente, punir. A maior parte das pessoas que causam acidentes já passaram pela escola de trânsito, conhecem as leis e sabem que precisam cumpri-las. Se não cumprem, devem ser penalizadas”, afirma.

Ainda assim, o processo de conscientização é contínuo. “Em 2008, investimos R\$ 8,5 milhões em campanha, estacionamento, respeito à faixa de pedestre, cuidado com a chuva”, diz.

## Criar, colorir e aprender

Por meio da arte, mais de 50 crianças e jovens de Santa Maria aprenderam e ensinaram o valor da educação para garantir um trânsito mais seguro. Dezesesseis escolas da cidade participaram do concurso *Drogas e Trânsito: a educação como fator de prevenção e exercício da cidadania*, promovido pela Promotoria de Justiça de Delitos do Trânsito e pela Promotoria de Justiça de Santa Maria, em parceria com o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal (Conen) e a Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal. Crianças de 4 e 5 anos, e alunos especiais participaram do concurso com cartazes. Jovens de 2ª a 4ª série do Ensino Fundamental escreveram poemas

e os de 5ª a 8ª elaboraram paródias e coreografias. Estudantes do Ensino Médio produziram peças teatrais. Os vencedores de cada categoria ganharam medalhas, certificados e bolsas de estudos, pois o evento foi patrocinado pelo Obcursos do Gama e pela escola de línguas Wizard. Os resultados foram divulgados no Centro de Ensino Especial nº 1 de Santa Maria, no dia 31 de outubro.

“Foi fantástico, a energia dos trabalhos das crianças

é incrível, vimos trabalhos muito criativos. Queremos fazer uma cartilha com o material e lançar em uma noite de autógrafos. Temos que aproveitar o talento dessa criançada”, empolga-se a promotora Laura Beatriz.



Adolescentes apresentam trabalhos inscritos no concurso

Geizson Correia

# Infância violada

*Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser melhor compreendido por todos*

Entre o vaivém de passageiros, um “vai um vale, aí?”, um anúncio da Rádio Rodoviária, o “moço, me dá um trocado”, dito por uma criança, pode passar despercebido. Quem passa pela Rodoviária do Plano Piloto está habituado a ver crianças e adolescentes em situação de rua perambulando pelo local. A brincadeira da infância dá lugar ao pedinte, ao vendedor de balas.

Uma série de reportagens publicadas, em setembro, pelo jornal Correio Braziliense revelou que meninos e meninas que vivem na Rodoviária também são vítimas de exploração sexual (programas podem custar R\$ 3). Além disso, as drogas são um problema frequente na vida dessas crianças e adolescentes.

O adolescente M.D., 15 anos, mora na Cidade Estrutural, mas nem sempre volta para casa quando vai à Rodoviária do Plano Piloto. “Aqui a gente pede dinheiro, vende alguma coisa, vigia um carro, ganha comida das pessoas. Não precisamos nem fazer muita força para conseguir nada. Prefiro ficar aqui, onde tudo é liberado, do que ir pra casa passar

dificuldade com minha mãe.” Viciado em crack, o menino não vai à escola, mas pensa no futuro da mãe e dos irmãos. “Não queria que meus irmãos tivessem a vida difícil que têm. Mas não tem jeito, ou a gente vive no mundo ou a gente não consegue comida.”

**Ações** – As reportagens do Correio mobilizaram a sociedade e as instituições, iniciando discussões e ações para tratar do tema. Uma das iniciativas foi uma reunião convocada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na qual foi constituída uma comissão para estudar as medidas que devem ser tomadas pelo poder Judiciário. Nessa reunião, que teve a participação do Procurador-Geral de Justiça,

Leonardo Azeredo Bandarra, e de Promotores do MPDFT, ficou acertado que o prédio do Touring, na região central, seria cedido pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para abrigar projetos voltados para as crianças e adolescentes que vivem na Rodoviária.

De acordo com a Promotora de Defesa da Infância e da Juventude, Leslie Marques de Carvalho, as medidas que vêm sendo tomadas pelo GDF são mais de segurança do que de proteção. “Ações policiais como as que são feitas atualmente violam ainda mais os direitos das crianças e adolescentes. Certamente estão na rua porque algum conflito familiar ou outro problema os levou a essa



situação. Precisamos conhecer melhor os jovens, as famílias, saber de onde vêm e qual a razão de estarem nas ruas”, diz.

Em reunião realizada no início de outubro de 2008, na sede do MPDFT, jovens que participam do Projeto Giração, desenvolvido pelas ONGs Centro de Estudos e Assessoria sobre Crianças (Cecria) e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), denunciaram os maus-tratos dos policiais. “Muitas crianças chegavam até nós e reclamavam constantemente de agressões vindas dos policiais militares que trabalham dentro e nas proximidades da Ro-

doviária. Por isso, resolvemos fazer a denúncia para que o problema fosse sanado o mais rápido possível”, relata a coordenadora técnica do Cecria, Carina Figueiredo.

**Senso comum** – Para Leslie, os jovens em condição de rua estão vulneráveis a toda forma de violação dos direitos. “Mas o senso comum e a visão que ainda predomina são os de que precisamos tirar essas crianças das ruas imediatamente e encaminhá-las a um abrigo.”

No entanto, na opinião da Promotora de Justiça, o simples remanejamento desses jovens não é solu-

ção. “A criança vai, passa algumas horas, uma noite, volta para a rua e a situação se repete. Não há uma atuação concreta que atinja a causa do problema.”

Um dos problemas mais evidentes é o envolvimento dos jovens com drogas. “Apesar da necessidade, não temos uma rede de serviços de saúde mental especializada nesse tema”, informa. Por isso, a Promotoria moveu uma ação civil pública – com sentença transitada em julgado e em fase de execução – buscando sanar a deficiência do serviço de saúde pública de apoio mental para crianças e adolescentes do Distrito Federal. Um Centro

Wagner Ulisses



Entre chegadas e partidas, crianças são alvo de exploração sexual e tráfico de drogas na Rodoviária do Plano Piloto

de Apoio Psicossocial (CAPS) serviria para tratamento, reabilitação e prevenção do uso de drogas. A promessa do GDF é a de que, neste semestre, Ceilândia receba um CAPS para o atendimento de casos relacionados com o uso de álcool e drogas.

**Rondas** – Segundo a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), as operações de fiscalização sobre crianças e adolescentes em condição de rua na Rodoviária do Plano Piloto passaram a ser feitas a cada duas semanas. Para isso, a SSP atendeu à recomendação do MPDFT e realizou a capacitação de 230 policiais da 7ª Companhia de Polícia Militar Independente (CPMIInd) – responsável pelo policiamento da área – para o atendimento eficaz de crianças e adolescentes. O curso ensinou os policiais militares a tratar com sensibilidade e respeito, além de oferecer segurança e confiança aos jovens, fazendo com que os traumas, danos e sofrimentos sejam minimizados no momento do atendimento.

Para o Subsecretário da Secretaria de Planejamento e Capacitação, coronel Nelson Gonçalves, o policial tem que ver em si mesmo um agente de mudanças e um educador social. “Essa capacitação dá as ferramentas de ação e reflexão sobre o papel que cada um tem na construção da cidadania”, diz.

A Gerência de Ações Especiais (GAE), ligada à Secretaria de

Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), é a responsável pelo trabalho com as crianças e adolescentes que vivem na rodoviária. Segundo Evair Salles, gerente da GAE, desde setembro estão sendo feitas ações ostensivas para a retirada destes jovens do local. “Só no mês de novembro, foram feitas quatro operações na Rodoviária. Isso possibilitou que nós tirássemos as crianças das mãos de criminosos que violavam seus direitos e as obrigavam a se prostituir ou a vender drogas”, afirma Salles.

*É missão da PDIJ  
olhar pelos jovens  
e tentar uma  
solução para  
cada caso*

Quando as crianças são encontradas, elas são encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento a pessoas que sofreram ameaça ou violação de direitos. “O primeiro passo é descobrir as causas que levaram esses jovens às ruas”, explica.

Depois disso, o jovem é encaminhado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para que a família seja incluída em programas sociais. Quando o jovem não tem família no Distrito Federal, ele é encaminhado para a cidade de origem e a Vara da Infância local é informada sobre a volta desta

criança ou adolescente, para que se seja garantida a ressocialização e a inclusão social.

**Balanço** – Em quase cinco meses de atuação dos órgãos públicos para solucionar o problema, já é possível encontrar corredores da rodoviária vazios e com poucos jovens perambulando pelos corredores. “O melhor é que a violência diminuiu consideravelmente, além da questão do Touring estar sendo encaminhada pela equipe do GDF. Esperamos que essa melhoria continue acontecendo”, frisa Carina Figueiredo.

As mudanças também atingiram diretamente a comunidade, que circula todos os dias pela rodoviária do Plano Piloto. “Agora não vemos mais os abusos cometidos por crianças e adultos pelos arredores da Rodoviária. O local está mais tranquilo e todos esperamos que as crianças estejam bem encaminhadas”, diz a gerente comercial Mariana Jordão.

No entanto, mesmo com o início dos trabalhos, a Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude (PDIJ) continuará fiscalizando a atuação do GDF em prol das crianças e adolescentes. “É nossa missão permanecer olhando por esses jovens e tentar encontrar uma solução para cada caso, pois só assim conseguiremos encaminhar os jovens para um caminho certo”, afirma a Promotora de Justiça Leslie Marques de Carvalho.

# Comercialização de solo sagrado

**A**dministrar cemitérios pode ser um negócio rentável, para a concessionária responsável pela administração, no caso do Distrito Federal, a Campo da Esperança, e para o governo, que recebe 5% do faturamento mensal da empresa. Com receita entre R\$ 1 milhão e R\$ 1,35 milhão ao mês, a Campo da Esperança repassa ao GDF 5% deste valor, referente à taxa de concessão. Para o governo, os cemitérios que traziam gasto de R\$ 600 mil a R\$ 800 mil mensais tornaram-se lucro.

O negócio, além de lucrativo, pode esconder muitas irregularidades. É o que acontecia na prestação de serviços da Campo da Esperança, que administra seis cemitérios no Distrito Federal: Campo da Esperança, no Plano Piloto, São Fran-

cisco de Assis, em Taguatinga, Santa Rita, em Planaltina, e os de Brazlândia, Gama e Sobradinho.

Uma apuração identificou problemas no recolhimento de impostos e de comercialização de jazigos. Em 2008, o Promotor Albertino Netto, do MPDFT, instaurou o Inquérito Civil Público para investigar irregularidades na administração dos cemitérios. Ele solicitou o apoio da Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, responsável por apurar problemas relacionados ao recolhimento de tributos, como o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Paralelamente, denúncias de pessoas que, ao visitar os túmulos de familiares, descobriam que haviam sido removidos para criação de novas vagas, motivaram a criação da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Cemitérios, da Câmara Legislativa do DF, em março de 2008.

Popularmente conhecida como “CPI dos Ossos” ou “CPI dos Cemitérios”, a apuração chegou ao fim, em 16 de setembro, e teve relatório aprovado com indiciamento prévio de oito pessoas. A Campo da Esperança ficou fora da lista, assim como Francisco Moacir Pinto, dono da empresa. O documento chegou ao MPDFT em novembro passado.

O assunto é delicado. “Tem que ter cuidado com o sentimento das pessoas. É difícil exigir que o usuário se preocupe com cláusulas do contrato num momento como este”, diz o Coronel Edson Lima, presidente da Comissão de Assuntos Funerários da Secretaria





de Justiça (Sejus), atual responsável pela fiscalização.

### **Problemas desde o início**

Antes do inquérito atual, outras duas investidas miraram o caso. No final de 2001, uma Ação Popular proposta pelo consultor funerário Aloísio Bittar pedia a invalidação do processo de licitação devido a irregularidades e favorecimento do grupo vencedor. Bittar perdeu no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O Ministério Público, que não havia sido ouvido, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este anulou a decisão e devolveu o processo para a primeira instância. As alegações finais do MP foram feitas em dezembro passado e o processo está no ponto de ser julgado pela 6ª Vara de Fazenda Pública.

O MPDFT é responsável pela ação desde julho de 2008, quando o autor foi assassinado com oito tiros, num crime que a polícia suspeita estar ligado ao setor funerário. Bittar representava donos de funerárias em Goiânia e Brasília, deu

auxílio a uma CPI goiana sobre o assunto e envolvia-se em várias questões deste âmbito, expondo-se e colhendo desafetos.

Em outra frente, uma Ação Civil Pública do MPDFT iniciada em 2003 pede a nulidade do contrato. Vitoriosa no TJDF, a ação aguarda nova decisão do STJ, desde março de 2007. Desta vez, o problema envolve a constituição do consórcio DCB, vencedor do processo de licitação para administração dos cemitérios.

Como à época do edital não havia empresa capaz de cumprir sozinha as exigências, a Dinâmica, prestadora de serviços de propriedade de Eliana Pedrosa, associou-se à Contil, empresa de Francisco Moacir, dono do crematório de Valparaíso e administrador de cemitérios em Goiás, Ceará e Pernambuco, que figurou como a parte “especialista na área”. Elas detinham respectivamente 69% e 30% da sociedade, e a empresa Best, o 1% restante. Este foi o consórcio que fundou a empresa Campo da Esperança.

O grupo foi o único concorrente, enquanto outras empresas interessadas acusavam o GDF de tê-lo favorecido na licitação. Representando os vencedores, Eliana Pedrosa assinou o contrato com o governo, garantindo a prestação de vários serviços, durante 30 anos, renováveis por outros 30, nos seis cemitérios do DF. O capital social declarado pelo consórcio, no momento da contratação, era de R\$ 10 mil, bem distante do valor de R\$ 1,43 milhão exigido pelo edital, alcançado apenas no fim de junho de 2003.

Um dos aspectos questionados pelos procedimentos do MPDFT e pela CPI é a mudança da composição acionária. Em 20 de janeiro de 2003, a Dinâmica retirou-se do conglomerado. Houve outras mudanças e, desde 24 de junho de 2004, a Contil detém 80% do controle, restando os outros 20% para a VC Agropecuária e Imobiliária. Segundo a deputada distrital Érika Kokay (PT), membro da CPI, quem ganhou o contrato não é quem o administra.

Eliana Pedrosa afastou-se da gestão da Dinâmica durante as



eleições de 2002. Eleita deputada distrital, foi gradualmente retirando a participação da empresa no consórcio até a saída completa em outubro de 2003. Foi nomeada secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho em 2007, respondendo pela fiscalização dos cemitérios. Em junho de 2008, o governador José Roberto Arruda transferiu a responsabilidade para a Sejus.

### **Denúncia e descaso**

Em outubro de 2007, Patrícia Sena foi ao Cemitério de Taguatinga visitar e limpar o túmulo de seu filho, falecido há 11 anos, aos sete meses de idade. No lugar onde deveria estar o túmulo, estendia-se o gramado verde do novo modelo de cemitério instalado. Patrícia procurou a administração e questionou a remoção do túmulo sem aviso à família. Disse que tinha título de arrendamento, o que deveria garantir a permanência do túmulo.

Patrícia e seu marido Élio foram apenas os primeiros a motivar a criação da CPI dos Cemitérios. Proposta pelo deputado Reguffe

(PDT), a CPI instalou uma ouvidoria para receber denúncias, obtendo inúmeros registros. No Cemitério do Gama, o servidor público Josimar Cunha encontrou os tratores remexendo a terra da quadra 17, onde estava sua irmã, sem o mínimo cuidado, e jogando fora os restos mortais como se fossem entulho.

Em Taguatinga, o comerciante Américo Bergo também não encontrou seu filho na quadra 106, atrás das capelas, mesmo com título de perpetuidade. “Era área nobre, então a administração passou o trator. Havia três outros corpos enterrados no lugar”. No columbário, onde supostamente estavam as ossadas, um funcionário retirava pequenos sacos pretos identificados com fita crepe, meio apagada, de dentro de um saco de lixo maior.

Para a empresa, “as sepulturas estavam em áreas de enterros sociais há pelo menos dez anos, onde não poderiam legalmente ser concedidos arrendamentos. O GDF nada comunicou sobre isto à Campo da Esperança”. Entretanto, Josimar mostra que seu título, válido até

2010, foi renovado em novembro de 2004, já na nova administração.

O advogado da Campo da Esperança, Paulo Castelo Branco, diz que antes da licitação os cemitérios não tinham controle dos sepultamentos. Ele explica que as exumações são legais, desde que autorizadas pela família e que o falecimento tenha mais de cinco anos. Para o Promotor Albertino Netto, “há irregularidades da administração anterior, mas a desorganização atual é reflexo da licitação cheia de ilegalidades”.

### **Busca parlamentar**

A CPI teve vários desdobramentos e chegou à investigação do setor funerário, onde presenciou várias irregularidades. Foram 151 dias de trabalhos que terminaram 30 dias antes do prazo estipulado. A votação do relatório final foi controversa. O presidente da comissão, Rogério Ulysses (PSB), o relator Benício Tavares (PMDB) e o vice-presidente Júnior Brunelli (DEM) aprovaram o documento. Érika Kokay apresentou voto em separado, levando outro relatório.



O deputado Reguffe (PDT), proponente da CPI, desligou-se do grupo por causa do término precoce, e como protesto levou uma pizza ao plenário no dia da votação. “O documento não defendeu a cassação da concessão nem o indiciamento de muita gente, preferiu jogar a sujeira para baixo do tapete. O governo é omissivo na fiscalização”, lamenta. Apesar disso, estabeleceu como mérito da investigação o aumento da transparência do setor.

Os parlamentares apuraram abusos como a utilização dos papa-defuntos, funcionários de hospitais e outros órgãos que recebem comissão por alertar a funerária sobre falecimentos. Segundo o presidente do

Sindicato das Funerárias, Felismino Alves, comenta-se que a comissão varia entre R\$ 50 e R\$ 600.

Investigado durante a CPI, Felismino é um dos oito indiciados no relatório. É dono da Portal do Sol, a maior funerária do DF, onde uma diligência da comissão encontrou vísceras humanas retiradas de corpos que seriam embalsamados guardadas em sacos de lixo doméstico. Na ocasião, disse que era comum enterrar os restos no Cemitério de Sobradinho sem conhecimento da administração, o que negou no depoimento à CPI.

Acusado de ocultação de cadáver e de expor ao perigo a vida de outros, Felismino ataca. “Por que a CPI dos cemitérios tornou-se das funerárias? Houve algum indiciamento dos cemitérios? Reguffe estava certo: pizza!” Para ele, as denúncias que afirma ter feito não tiveram valor.

Felismino cita também o esquema do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Quando alguém sofre acidente de carro, a família pode retirar a indenização, que chega a R\$ 13,5 mil em caso de morte. Há funerárias que conseguem procuração dos familiares, autorizando a retirada do DPVAT a título de pagamento do enterro e serviço de despachante.

Estimulado pela CPI, o GDF propôs um Termo de Ajustamento de

Conduta (TAC) às funerárias, que no dia 10 de setembro fizeram credenciamento, desde então obrigatório para trabalhar. As 74 funerárias do DF assinaram o acordo. O termo estipula 180 dias para que seja aberta a licitação para o setor.

### **Solução**

A CPI relaciona como medidas para solucionar os problemas a intensificação da fiscalização dos papa-defuntos, a fiscalização de cemitérios e funerárias por meio de força-tarefa formada pela Agência de Fiscalização do GDF (Agefis), Polícia Civil do DF e Vigilância Sanitária, coordenadas pela Corregedoria-Geral do DF e a nomeação do Coronel Jesu Antônio Reis como interventor no Cemitério do Gama.

Jesu foi enviado ao Gama após a descoberta pela CPI de ossadas enterradas em vala comum irregular no cemitério, o que causou grande comoção local. A nomeação era para 90 dias a partir de 17 de junho, mas foi prorrogada por mais 60. As 34 ossadas estão atualmente no IML.

O Coronel também foi nomeado Executor do Contrato dos Cemitérios a partir de 27 de agosto pela Sejus. Sucede João Horvarth Júnior, gerente de Necrópoles da Sedest, indiciado na CPI por corrupção passiva, prevaricação, subtração ou inutilização de livro ou documento e outros ilícitos administrativos.

# Os limites da propaganda governamental



**P**ropaganda é a alma do negócio, diz a máxima popular. Os governos também utilizam a publicidade para divulgar suas obras e realizações. Ocorre que, em nome da divulgação dos feitos governamentais, cometem-se irregularidades. É o que tem acontecido no Distrito Federal, onde contratações nesta área desrespeitam o que estabelece a legislação sobre os limites e condutas da publicidade oficial. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio da Promotoria de Justiça e Defesa

do Patrimônio Público (Prodep), tem fiscalizado a publicidade do GDF e, desde 2002, move ações de improbidade administrativa contra o governo local.

### **Sem ideologia**

A Constituição, em seu Artigo 37, diz que a publicidade pode ser feita, mas ela tem que ter caráter informativo, educativo ou de orientação social. “Está tudo certo quando o governo faz uma peça publicitária dizendo que um viaduto está em construção e que o cidadão precisa fazer uma rota alternativa.

O que está fora do entendimento legal é quando o Poder Público começa a fazer propaganda ideológica disfarçada de prestação de serviço governamental”, explica o Promotor Ivaldo Lemos Júnior.

Entre os casos analisados pela Prodep, dois são considerados emblemáticos. O primeiro refere-se ao Dia do Trabalhador. No 1º de Maio de 2006, uma peça do GDF foi publicada em jornais de grande circulação. O texto dizia que “*é assim, com muito trabalho, que o GDF atrai cada vez mais empresas e investimentos, qualifica*

Viver em Brasília é ser feliz. Aqui, não se buzina. Aqui, se respeita a faixa de pedestres. Aqui, o verde é exuberante, porque preservamos as nossas praças, parques e jardins.

Não precisamos olhar pra cima para ver o céu. Ele é lindo e está pertinho de nós. Somos a capital da República. E temos a melhor qualidade de vida do país. O GDF se orgulha de Brasília. E trabalha para manter tudo isso.

**GDF**  
O Governo Presente

*profissionalmente nossos jovens, oferece linhas especiais de crédito para os micro e pequenos empresários e empreendedores (...)*. Em seguida aparecem os resultados. “A melhor performance na geração de novos empregos e a melhor renda per capita e o melhor padrão de nível salarial.” Custo total do autoelogio: algo em torno de R\$ 130 mil.

O segundo também é um anúncio para mídia impressa, dessa vez sobre os 46 anos da construção de Brasília: (...) “Não precisamos

*olhar pra cima para ver o céu. Ele é lindo e está pertinho de nós. Somos a capital da República. E temos a melhor qualidade de vida do país. O GDF se orgulha de Brasília. E trabalha para manter tudo isso*”. O custo total de publicação da peça publicitária em jornais e revistas foi de cerca de R\$ 510 mil. Juntos, o Dia do Trabalhador e os 46 anos de Brasília custaram ao contribuinte mais de R\$ 642 mil.

A análise dos dois anúncios feita pela Prodep concluiu que os textos têm o claro intuito de promo-

ver a atual administração e seus agentes políticos. Da maneira como foram executados, ferem as exigências constitucionais do Artigo 37 ao abrir mão de conteúdo educativo, orientador e informativo. Sobre o Dia do Trabalhador, a ação de improbidade diz que a estrutura textual “sugere que algumas características apresentadas poderiam ser atribuídas a políticas públicas. Contudo, não existe no texto nada que comprove a veracidade das informações”. A Prodep requereu que, em ambos os casos, as

quantias fossem devolvidas aos cofres públicos.

Para a publicitária e ex-subsecretária de Publicidade e Promoção do GDF, Thiara Zavaglia Torres, o que foi divulgado na mídia brasileira em relação às duas datas comemorativas não se caracteriza como propaganda, mas como ação de oportunidade, rotina comum na propaganda governamental. “Não foram usados símbolos, não houve referência a pessoas. Na visão do comunicador, as peças foram informativas e educativas. Na minha opinião, não foi desrespeitado nenhum processo das etapas licitatórias. Não foi vendida nenhuma mentira, nenhuma coisa errada. É uma campanha institucional em que o governo quis homenagear a cidade e as pessoas. Lembrar às pessoas que elas vivem numa cidade e que contribuem para isso”, justifica.

### **Licitações sob suspeita**

Outro ponto investigado pelo Ministério Público são os procedimentos de licitação realizados pelo GDF para a escolha de agências de publicidade. Para o Promotor Ivaldo Lemos, todo o processo licitatório deveria se basear em critérios estritamente técnicos, mas a realidade é outra. “A criação de peças publicitárias não deveria ser assunto de contratação entre o poder público e as agências de publicidade. O que deveria ser objeto de licitação é a produção e a veiculação

das mesmas”, afirma. A Lei de Licitações diz que o julgamento das propostas de uma licitação tem de ser objetivo, mas os editais do GDF são amplos e pouco objetivos. “Quando essas especificações técnicas são minuciosamente expostas no edital, as empresas sabem exatamente do que elas estão participando para que as propostas sejam julgadas objetivamente”, diz o Promotor.

A publicitária Thiara Zavaglia rebate os questionamentos. Ela afirma que todas as etapas do processo licitatório respeitam as classificações técnicas, dispondo até de uma legislação própria para que a concorrência entre as agências seja feita de forma transparente. “Há muitos equívocos nesse sentido. Nós utilizamos diversos procedimentos técnicos dentro da publicidade que precisam passar por uma avaliação muito rígida. Entre elas, a estrutura de logística, a infraestrutura da agência, quantos funcionários são capacitados para as demandas especificadas no edital. Até exigimos que elas apresentem um número definido de campanhas feitas com outros clientes”, diz Thiara.

Uma outra ação civil pública movida pelo MPDFT, desta vez em relação à Agência de Comunicação do GDF (Agecom), também expõe os problemas dos contratos feitos com agências de publicidade. Relatório parcial produzido pelo Tribunal de Contas da União

afirma que a agência não ofereceu explicações sobre a falta de comprovação de veiculações, sobre o pagamento de serviços não executados ou de execução não comprovada. Também há despesas que ultrapassaram limites orçamentários e superfaturamento na aquisição de bens e serviços para as agências.

Segundo a ação, a finalidade da Agecom também foi distorcida. A agência não formula, supervisiona, coordena ou executa as ações, projetos e programas do Governo do Distrito Federal. Apenas aprova o que é feito pelas agências de comunicação terceirizadas por meio de licitações nem sempre condizentes com a lei. O secretário de Comunicação do GDF, Wellington Moraes, afirma não ter conhecimento das ações civis públicas e, por isso, evita qualquer comentário.

### **Publicidade no Legislativo**

A Câmara Legislativa do DF gastou, até outubro de 2008, cerca de R\$ 2,5 milhões do seu orçamento apenas para divulgar uma economia de R\$ 100 milhões em 2007. A intenção era produzir repercussão favorável perante a opinião pública depois das denúncias de gastos exorbitantes com funcionários e parlamentares. O Poder Legislativo do DF foi obrigado a se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos públicos, sob pena de o GDF ficar impossibilitado de receber empréstimos para

executar projetos como o Brasília Integrada, por exemplo.

O coordenador de Comunicação da Câmara Legislativa, Paulo Gusmão, afirma que, apesar de as críticas serem legítimas, a Casa precisa divulgar sua atuação. “Salários dos funcionários em cargos comissionados foram cortados. Era necessário fazer uma campanha para mostrar ao cidadão que seu dinheiro estava sendo tratado com responsabilidade”, diz Gusmão.

### A farra dos eventos

Não é apenas a propaganda governamental que rende denúncias de irregularidades em licitações no GDF. Festas e eventos promocionais vinculados à BrasíliaTur, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, são alvos de auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). Implantada com orçamento anual de R\$ 30 milhões para coordenar e gerenciar ações de turismo, a

BrasíliaTur assinou contrato no valor de R\$ 2,2 milhões para executar serviços em comemoração ao aniversário de Brasília com a empresa Aplauso, de promoção de eventos. “O que não se entende é porque foi feita essa adesão específica com uma única empresa, quando se sabe que inúmeras outras teriam interesse em participar de um evento com repercussão nacional”, afirma o procurador do TCDF, Demóstenes Albuquerque.

Jornal Correio Braziliense 1º de maio de 2006



**Um milhão de pessoas  
trabalhando no DF.  
Se tanta gente trabalha,  
é porque o GDF não descansa.**

#### 1º de maio. Dia do Trabalho.

No Distrito Federal, todo dia é dia de trabalho. E é assim, com muito trabalho, que o GDF atrai cada vez mais empresas e investimentos, qualifica profissionalmente nossos jovens, oferece linhas especiais de crédito para os micro e pequenos empresários e empreendedores, estimula o artesanato e o turismo de negócios e amplia o número de Agências do Trabalhador, para encaminhar mais candidatos aos postos de trabalho.

O resultado é que o DF detém atualmente:

- A melhor performance na geração de novos empregos;
- A melhor renda per capita e o melhor padrão de nível salarial;
- O maior crescimento percentual em exportações do País.

Por isso hoje, que é feriado, temos muito o que comemorar. Mas amanhã o trabalho continua.



Foto: Heitor Fraga/Imagem/DFL, 2006/05/05

Ele se refere ao número de licitações que a Aplauso venceu nos últimos anos. A atuação da empresa no mercado de eventos resultou em um faturamento de R\$ 60 milhões em apenas dois anos, de 2005 a 2006. A clientela era formada por 30 órgãos.

Outro contrato da BrasíliaTur que chamou a atenção do Tribunal de Contas do DF foi feito com a empre-sária de eventos Márcia Lima para a realização de um show em Portugal,

ao custo de R\$ 850 mil. O evento em questão era o Rock in Rio Lisboa e, entre as demandas do contrato, estava a construção de um estande no evento para divulgar os cartões postais de Brasília e estimular o turismo na capital do País.

“O que mais me impressiona é que ela não tem nenhum vínculo com os quadros governamentais do DF, mas foram emitidas notas de empenho para o pagamento de suas diárias na Europa”, diz Demóstenes.

Após as denúncias, o presidente do órgão, César Gonçalves, foi substituído pelo deputado distrital Rôney Nemer (PMDB) que ocupava cargo na Agência de Fiscalização. O secretário de Comunicação Social do GDF, Wellington Moraes, enfatizou que a saída de Gonçalves não tem nenhuma relação com caso. “Trata-se apenas de uma recomposição política. O governador Arruda percebeu que algumas mudanças precisavam ser feitas e fez”, afirma .



O QUE VOCÊ TEM  
A VER COM A  
CORRUPÇÃO?



**Eixo Monumental – Praça do Buriti, Lote 2, Edifício-Sede – Brasília-DF CEP: 70.091-900**  
**Telefones: (61) 3343-9604/ 3343-9601/ 3343-9690 Fax: (61) 3344-8251**

**[www.mpdft.gov.br](http://www.mpdft.gov.br)**